

-----**ACTA**-----

-----DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 3 DE MARÇO DE 2008-----

-----Aos três dias do mês de Março de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista e José Carlos da Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Foi considerada justificada a falta do Sr. Vereador Pisco dos Santos.-----

-----  
-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha que registou o facto de que foram arrancadas as árvores do Largo Espírito Santo, em Almeirim e espera que, na requalificação prevista seja feita a replantação do mesmo número de árvores e lamentou que, para requalificar tenha de se abater as árvores existentes, sem qualquer respeito pelas mesmas.-----

-----Disse que, tendo a própria autarca defendido que devia ser preservada a vista do túnel de fuga do Paço Real de Almeirim, descoberto recentemente, a solução encontrada está uma bela porcaria. A condensação formou-se entre os dois vidros e não se vê nada. Não sabe quem encontrou a solução mas o facto é que não é tecnicamente bem sucedida, pelo que espera que se remedeie.---

-----Disse a mesma autarca que gostaria de saber para que sítio

está prevista a localização do Centro Escolar de Almeirim e se é terreno proveniente das cedências obrigatórias por loteamentos.-

-----O Sr. Presidente deu as explicações necessárias.-----

-----Disse ainda a Sr<sup>a</sup> Vereadora que já saiu a legislação sobre contadores e a partir do mês que vem, ou do próximo, passa a ser proibido cobrar o aluguer dos contadores de água e perguntou se a Câmara já tomou as medidas necessárias e já fez a correcção devida no Orçamento da Receita.-----

-----A mesma eleita voltou a pedir a informação que vem referida em Acta da reunião a que faltou, atribuída ao Sr. Arq<sup>o</sup> Sampaio, relativa à publicação de Edital antes da deliberação, respeitante ao PUA.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário:-----

-----Apresentou e distribuiu a proposta de Regulamento de Atribuição de Subsídios às Actividades das Associações Desportivas, Recreativas e Culturais do Município de Almeirim, solicitando o seu agendamento para a Reunião Pública do Executivo de Abril.-----

-----Mostrou a sua preocupação com as Obras na Avenida Vinte e Cinco de Abril, cruzamento com a Rua Condessa da Junqueira, pela redução dos passeios. O projecto veio a reunião de Câmara e não foi notada a redução, mas as pessoas não estão a gostar que lhe seja retirado o passeio. E acrescentou: 'se por um lado Almeirim foi considerada nas dez melhores cidades na área da mobilidade, será que isso se conjuga com a redução dos passeios para os cidadãos? Ao retirar espaço público aos cidadãos, numa área de certa saturação, junto aos bombeiros e a uma área comercial não se está a prejudicar a mobilidade?'-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que o Vereador Francisco Maurício andou distraído, na época a interveniente levantou a questão dos passeios terem obrigatoriamente um metro e meio de largura, embora ali, por ser zona já construída, poderem ter a largura que apresentassem, embora com esta obra, ia criar uma zona onde se reduziria a segurança dos peões, do lado da cooperativa. Lamentou sobretudo que o passeio do lado da

Avenida Vinte e Cinco de Abril vai ter uma redução de área substancial.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício respondeu que não anda distraído e perguntou se a Sr<sup>a</sup> Vereadora é capaz de dizer que medida tem o passeio no local, ao que a autarca respondeu que não sabe.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva, respondendo à acusação de assassino do parque arbóreo do Concelho, disse que caiu no mesmo erro que os restantes Vereadores dos Espaços Verdes das Câmaras de Benavente, Salvaterra de Magos, Chamusca, Abrantes, continuou enumerando mais de vinte municípios, esses e muitos mais que, tal como o próprio, confiam nos técnicos de jardins e permitem a poda das árvores, como os técnicos designam dever ser feita e que, até agora, nenhum dano causou às mesmas.-----

-----Disse, quanto à lenha, que uma parte está nos Viveiros municipais, outra parte na Zona Industrial, alguma levaram os funcionários e queimaram e as ramagens foi dada para a zona de treino dos Bombeiros.-----

-----No respeitante ao Largo Espírito Santo, está a decorrer a sua requalificação sob um projecto que prevê outro tipo de árvores, que não destrua a normalização do pavimento, as árvores já estão compradas e são no mesmo número.-----

-----E dirigindo-se à Sr<sup>a</sup> Vereadora, disse que, quando chegar Agosto, se ninguém matar as árvores intencionalmente, terá árvores compostas no logradouro do seu prédio.-----

-----O Sr. Presidente disse que, quanto ao túnel do Paço Real, a resposta será dada pelo Eng<sup>o</sup> Rocha Pinto, fiscal da obra.-----

-----  
-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----ACTAS - O executivo deliberou, por maioria, aprovar a Acta negativa da reunião marcada para nove de Novembro de dois mil e sete, com a abstenção da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, que aproveitou para esclarecer que, na ocasião comunicou por escrito ao Sr. Presidente que a convocatória não respeitava o prazo

legal.-----  
-----Na Acta de sete de Janeiro do corrente ano, o Sr. Vereador Maurício do Rosário mandou cortar, a páginas doze, a frase da autoria da funcionária 'cuja inclusão neste texto foi exigida pelo Sr. Vereador Maurício do Rosário', pelo que, depois de emendada, vai ser a Acta novamente distribuída.-----  
-----Foi aprovada, por maioria, a Acta de quatro de Fevereiro passado, com a abstenção do Sr. Vice-Presidente, por não ter participado na mesma.-----  
-----Os Srs. Vereadores determinaram a introdução de alterações na Acta de dezoito de Fevereiro e a ordenação do texto da deliberação da ALDESC, EM.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento do despacho de deferimento proferido pelo Sr. Presidente no projecto de arquitectura respeitante ao processo de obras abaixo designado, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Pedro Miguel Bastos da Silva, número seis de dois mil oito.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Carlos Alberto Matias Vital, duzentos e oitenta e três A, de dois mil e quatro; Helena Isabel Botas Lidónio, vinte e nove A; Construções José Branco & Filho, Limitada, duzentos e noventa e cinco, ambos de dois mil e seis; Valter José Serrazina Crespo, cento e cinquenta e um; José Maria Fróis, cento e setenta e três A; Maria Jesuína da Conceição Bastos, duzentos e trinta e nove; Marco António Espadinha Santiago, duzentos e quarenta e três; Silva & Bernardo, Limitada, duzentos e setenta e quatro; Vítor Manuel Lucas Flausino, trezentos e quarenta e nove; Predialmeirim - Sociedade Imobiliária de Almeirim, Limitada,

trezentos e cinquenta e um; Luís Oliveira Gonçalves, trezentos e oitenta e cinco, todos de dois mil e sete.-----

-----

-----**2 - PESSOAL**-----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS - Foi presente o requerimento do funcionário José Jacinto Pereira dos Santos solicitando que lhe sejam justificadas as faltas, sem ter de recorrer a dias de férias, nos períodos de quatro a sete de Junho, três a cinco de Julho e nove a doze de Outubro do corrente ano, durante os quais participa no Campeonato Nacional de Pesca a Carpa.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----LOTEAMENTO DA RAPOSA - Foi novamente presente o requerimento de Maria José Gomes Fitas e Carlos Alberto Parreira de Jesus Melo solicitando autorização para transmitirem por doação o lote de terreno número cento e dez do loteamento municipal da Quinta de Santo António, na Raposa, a favor de Nélcio José Duarte Tomé e Céline Christine Santos da Costa.-----

-----Tem informação favorável da Junta de Freguesia da Raposa, que declara que não vai haver quaisquer bens lucrativos envolvidos, já que o primeiro casal desistiu da construção por motivo de divórcio.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a transmissão.--

-----Votou contra a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, que fez voto de vencido e ditou a seguinte declaração de voto:-----

-----"Sendo que os referidos lotes da Raposa, segundo informação que me chegou, foram doados à Câmara para fins sociais e beneméritos pela antiga proprietária, considero que eles devem sempre reverter para a autarquia, quando já não estão a ser utilizados pela pessoa a quem foram doados."-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A Câmara deliberou não exercer o

direito de preferência na venda que vão fazer Cármen Pereira Oliveira, Cíntia Pereira de Sousa, Fernanda Maria Conceição Pereira Fernandes e Maria Joana Clara Estefânia Furtado, da fracção autónoma C, correspondente ao primeiro andar, esquerdo do número doze da Avenida Vinte e Cinco de Abril, em Almeirim, através da modalidade Casa Pronta.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----CONVITE - A Câmara tomou conhecimento do convite da RUTIS - Associação Rede de Universidades da Terceira Idade para assistir ao Encontro de Grupos Musicais das Universidades Seniores, que terá lugar na Quinta da Feteira, em Almeirim, a sete de Março.--

-----DEPUTADOS - O executivo tomou conhecimento do ofício do gabinete de Deputados Não Inscritos, da Assembleia da República, que acompanha cópia do requerimento ao Governo, a respeito da Recuperação do Património - derrapagens e verbas que podem ser perdidas.-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - A Câmara tomou conhecimento da circular da Associação Nacional de Municípios que acompanha a sua tomada de posição sobre a implementação do QREN e respectivos P.O.'s.-----

-----REFEITÓRIO MUNICIPAL - Para esta deliberação ausentou-se o Sr. Vice-Presidente, por se considerar legalmente impedido.-----

-----A pedido da Secção Desportiva, Recreativa e Cultural da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, a Câmara deliberou oferecer uma refeição confeccionada a trezentos e cinquenta atletas, por ocasião do seu segundo passeio de BTT, cuja receita reverte a favor da Associação, para a compra de um monitor de parâmetros vitais.-----

-----Retomou o seu lugar o Sr. Vice-Presidente.-----

-----AQUISIÇÃO DE PRÉDIO - Foi presente a carta de Aníbal Martins Correia comunicando que o preço do prédio urbano que tem para venda, com o Artigo de matriz 2016 de Benfica do Ribatejo, é de dezanove mil e cem euros e não o que por erro foi entendido nesta Câmara.-----

-----O executivo deliberou adquirir o prédio.-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES - Sob proposta da Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre, a Câmara deliberou pagar o passe escolar às alunas Filomena Rosa Dias da Silva e Carolina Filipa Sequeira Pereira, ambas entre Almeirim e Fazendas de Almeirim.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi novamente presente a comunicação do Gabinete de Acção Social relativa ao pedido de apoio de Álvaro Caniço Baptista, para aquisição e instalação de um contentor residencial num seu terreno na Rua dos Sobreiros, em Frade de Cima. Tem informação complementar de que a residência do interessado pertence ao concelho de Alpiarça.-----

-----A Câmara deliberou aconselhar a que peticionário apresente o pedido à Câmara Municipal de sua residência.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----Secção de Karate do CADCA, para o Campeonato Regional de Karate Centro Sul - seiscentos euros; FootKart Escola de Futebol e Karting Associação, para deslocação ao Mundialito de futebol - setecentos euros; e Rota Lezíria - Clube TT de Santarém, para uma deslocação aos Açores - quatrocentos e cinquenta euros.-----

-----Mais deliberou, sob proposta do Sr. Vice-Presidente, conceder a transferência anual de quinhentos euros à Secção Desportos de Montanha da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara

deliberou proibir o estacionamento do lado da Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos a veículos pesados, na Rua Dr. José Amaro de Almeida, em Almeirim.-----

-----CASA PRONTA - O Sr. Vice-Presidente lembrou que está a funcionar em Almeirim o programa Casa Pronta, com vista a facilitar a vida a quem tem de comprar e vender casas. Dado que as reuniões de Câmara são quinzenais, pode a autarquia definir as fracções autónomas que poderá estar interessada em adquirir, para com isso poderem ser emitidas certidões do uso do direito de preferência e não prejudicar a vida aos munícipes. E propos que, sempre que o tempo o permita, venham os pedidos a reunião de Câmara e, nos casos em que esperar por uma reunião obrigue a ultrapassar os prazos previstos no Casa Pronta, não seja usado o direito de preferência sempre que o valor de venda seja superior ao valor matricial.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que já da última vez em que o assunto foi posto votou contra e agora volta a fazê-lo. A lei permite que haja reuniões semanais, façam as reuniões semanais que isso já não se põe. Do ponto de vista dos seus princípios não é aceitável, deviam atender ao funcionamento dos serviços e a lei existe é para se cumprir.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que sabe que a Sr<sup>a</sup> Vereadora é contra toda e qualquer lei que este Governo fizer no sentido de facilitar a vida aos cidadãos e sempre que saia uma lei impondo serviços mais rápidos, mais simples e mais baratos, a Sr<sup>a</sup> vai estar sempre contra. Por isso reitera a sua proposta, exclusivamente para os mecanismos da Casa Pronta.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que "gostava que ficasse em Acta, claramente, o Casa Pronta. No início do Programa eu disse que a Câmara devia ter cuidado e não se precipitar, se calhar era melhor esperar que fosse resolvida a providência cautelar metida pelos Notários. Julgo que isto é um procedimento do Estado e o funcionamento dos órgãos da administração pública já está previsto e os procedimentos são



para respeitar."-----

-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA LEZÍRIA DO TEJO - Foi presente o processo, na parte do concurso que respeita ao Município de Almeirim, com destino à contratação de serviços em título, cujo concurso público decorreu através da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo e que, a final do processo, apurou como primeiro classificado Plantiagro, SA, com o preço global de sessenta e três mil e sessenta euros e doze cêntimos, pelo prazo de um ano.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que na reunião de quatro de Fevereiro o Sr. Presidente pôs à votação a minuta do contrato a celebrar para este fim, na sequência do concurso público realizado pela CULT. Hoje, um mês depois, o Sr. Presidente traz aqui para aprovação, a adjudicação dos trabalhos. Se lermos atentamente a Acta e a carta do Administrador, vemos que este concurso ficou concluído em dois mil e seis. Os concursos públicos nesta Câmara sofrem de doença crónica que afecta toda a sua legitimidade. Face às dúvidas que se levantam relacionadas com a ausência de dados que permitam avaliar se deste concurso resultam benefícios decorrentes de economias de escala para o município, em relação ao anterior concurso e a importância a pagar anualmente por Almeirim é muito superior ao que Alpiarça vai pagar, pelo mesmo serviço, teria gostado de ter na mão o anterior contrato com a empresa que fez a anterior prestação de serviços. Por isso voto contra e faço voto de vencido.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que os preços não são encontrados por comparação, só o nosso Parque da Zona Norte é maior que todos os ajardinamentos de Alpiarça, a medição das zonas verdes é feita pela sua superfície. Este concurso só aparece hoje, embora tivesse sido feito nessa data, porque foi feito na condição de que as Câmaras que tivessem outro contrato

em vigor, para o mesmo fim, só celebrariam o contrato decorrente deste concurso após terminar a prestação de serviços à altura em vigor. Foi o que aconteceu neste Concelho, o anterior contrato terminou no final do ano passado e, por isso, aqui propõe agora a adjudicação.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que "se o Sr. tivesse fornecido o contrato anterior, que não veio a reunião, já estaria mais esclarecida. Mas o Sr. não quer fornecer e eu tenho o direito de fazer perguntas."-----

-----O Sr. Presidente respondeu que os contratos não se avaliam por comparação com os anteriores e disse que "a Sr<sup>a</sup> tem de consultar o seu caderninho, está a ficar esquecida."-----

-----Submetido o assunto a votação, a Câmara deliberou proceder à adjudicação da prestação de serviços conforme indicado, por maioria, com o voto contra da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, que fez voto de vencido.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----LOTEAMENTO URBANO - Foi presente o processo de loteamento urbano para uma parcela de terreno com dois mil e vinte e um metros quadrados, na Rua de S. José, em Fazendas de Almeirim, requerido pelos Herdeiros de Manuel Batista Ferreira Bento, a qual faz parte de um prédio maior, visa a criação de dois lotes e foi fisicamente dividida pela implantação da Rua de S. José.--

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que está a ser apresentada a proposta de loteamento e, se formos ao local o loteamento já lá está. E perguntou se o Sr. Presidente pode explicar porque traz aqui uma coisa que já está feita e já há terrenos comprados.-----

-----O Sr. Presidente explicou que o proprietário deste terreno e que vendeu uma parcela à Câmara, faleceu antes de regularizar a venda e os herdeiros têm necessidade de avançar com o loteamento para poderem fazer a escritura. A troca do terreno com uma propriedade foi autorizada na Câmara e na Assembleia

Municipal, porque o terreno trocado é encimado por uma praça pública.-----

-----A mesma Vereadora disse que o loteamento está lá e o Sr. traz agora a proposta de aprovação do loteamento, o terreno foi comprado para um fim que a Câmara adulterou. Isto é tudo uma forma de funcionar à margem da lei.-----

-----Submetido o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com a abstenção do Sr. Vereadores Francisco Maurício e voto contra da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, que fez voto de vencido e ditou a seguinte declaração de voto:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido por vir aqui a reunião de Câmara uma proposta de um projecto de um loteamento que, na realidade já está construído e habitado. Para além disso, o terreno foi adquirido pela Câmara aos antigos proprietários a preço abaixo do mercado, com a condição de ser destinado a um espaço público de estacionamento, apoio à escola primária e outros equipamentos ali se localizarem, tendo o anterior proprietário prescindido dos direitos de construção no local, direitos esses que a Câmara veio a ceder a outra entidade. No anterior mandato, aquando do debate sobre esta matéria, opus-me a esta ideia, tanto mais que a localização do parque de estacionamento obriga agora a que as crianças tenham de atravessar a rua para ir para a escola. Relembro também que a população das Fazendas, em particular daquele bairro e os utentes da escola não ficaram muito satisfeitos com a decisão da Câmara."-----

-----O Sr. Presidente disse que aquilo que a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse não é verdade e basta consultar a Memória Descritiva do Projecto, na qual o autor justifica:-----

-----'Na carta urbanística das Fazendas de Almeirim que integra os elementos desenhados do Plano Director Municipal eficaz a área a lotear está definida como Zona de Reserva para Verde Público com Equipamento, sendo definidos os seguintes equipamentos: Extensão do Centro de Saúde de Almeirim, Jardim de Infância (Creche e Pré-escolar, Centro de Dia para a Terceira

Idade, Escola do Ensino Básico, Parque Infantil. Todos estes Equipamentos estão já construídos e em funcionamento nos locais assinalados em carta urbanística com excepção do parque infantil que existe no interior do Jardim-de-Infância. O Executivo Municipal entendeu como principal estratégia para o local estudar a possibilidade de implementação de uma Praça Urbana do lado oposto da rua de S. José que permitisse enquadrar a Igreja existente com o novo edifício-sede da Junta de Freguesia a implantar no gaveto da rua de S. José com a rua Delfim Diogo. Assim, foi elaborado um estudo prévio que articula estes dois edifícios através de uma Praça Urbana adjacente ao lado sul da rua de S. José e estabelecida uma permuta com o proprietário do terreno para futura implantação da Junta de Freguesia, permitindo o loteamento e, por consequência, a construção do lado norte da rua de S. José, através do presente loteamento.'--  
-----Acrescentou o Sr. Presidente que o preço do terreno na altura da compra foi até objecto de acusação por parte dos moradores de Fazendas de Almeirim, de ter sido transaccionado a um preço excessivamente elevado para a época. Isto contradiz em tudo o que a Sr<sup>a</sup> Vereadora acabou de dizer.-----  
-----  
-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA - O presente ponto da Ordem de Trabalhos foi agendado a requerimento da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha que iniciou a sua intervenção distribuindo a resposta do IRAR ao Deputado Dr. Madeira Lopes.-----

-----E acrescentou que, tal como afirmou ao longo dos anos, Almeirim não estava a cumprir um conjunto de normas de controlo de qualidade da água. Na primeira reunião pública de Julho insisti que a Câmara continuava a não fazer as análises de todos os parâmetros previstos na lei e tinha razão. Há que tomar medidas, a lei estabelece mínimos de certos valores e são para ser respeitados, porque se forem ultrapassados é para resolver o problema. A informação do Eng<sup>o</sup> Rocha Pinto que lhe foi facultada

não traz nada de novo que a autarca não soubesse já. E resumiu a resposta dada ao Deputado, nos seguintes termos: A treze de Junho de dois mil e cinco a Inspeção do IRAR detectou um conjunto de infracções pela falta de análises a alguns parâmetros e a Câmara fez compromisso de que iria corrigir. A seis de Outubro de dois mil e seis numa nova inspecção foram detectadas as mesmas infracções e foi instaurada contra-ordenação. A treze de Novembro de dois mil e sete, uma nova inspecção e as infracções mantinham-se, para além de ser constatada a não publicitação de todas as análises. Instaurada nova contra-ordenação em Dezembro de dois mil e seis por não apresentar o programa de controlo de qualidade da água, que só foi enviado em Março de dois mil e sete e não ia em condições de ser aprovado. Só depois de Julho de dois mil e sete as condições de controlo de qualidade da água começam a entrar na normalidade e cumprir as análises de todos os parâmetros, embora sem publicação. Ficamos a saber que o relatório de controlo não foi entregue no prazo e Almeirim teve a terceira contra-ordenação. E pergunta, quem paga tudo isto, quem é o responsável politico no executivo pela água e seu controlo de qualidade. Perguntou se algum técnico foi nomeado pela parte da Câmara para dar execução às medidas e se a culpa vai morrer solteira em relação a todo este período em que se andou a brincar com a saúde pública em Almeirim. Uma contra-ordenação implica uma multa e são os dinheiros públicos que vão pagar. Quer saber que zonas estão ainda afectadas por arsénico, numa altura em que a água vai passar para a empresa e que medidas vai ter a Câmara Municipal de Almeirim para fiscalizar o cumprimento das imposições legais sobre a água de consumo público.-----

-----O Sr. Presidente afirmou que "a água do Concelho de Almeirim esteve sempre nas melhores condições, o que pode ser confirmado pela Administração Regional de Saúde e outras entidades credenciadas que fazem periodicamente as análises necessárias. Só deixou de o estar quando o parâmetro do arsénio passou dos cinquenta para dez e patenteou um fenómeno que ocorre

em todos os Municípios da margem sul do Tejo, em que todos deixaram de cumprir o parâmetro arsénio. Há técnicos na nossa Câmara que têm a responsabilidade da água, bem como eleitos, mas o responsável máximo pelo que se passa no serviço, de bom ou mau, é o Presidente, e enquanto tal, estou cá para assumir. Mas como estou farto de dar informações que não são suficientes, peço ao Sr. Engº Rocha Pinto, a quem peço também que se refira à tampa do túnel na Rua Almirante Reis, que, segundo a Srª Vereadora, aquilo é uma porcária.”-----

-----O Engº Rocha Pinto começou por dizer que os seus elementos lhe permitem tranquilizar a Srª Vereadora em relação ao controlo da qualidade da água.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha interrompeu o técnico dizendo que isso não é assim, porque tem elementos que o comprovam e a Câmara não cumpre o que a lei lhe impõe.-----

-----O técnico escutou a autarca e propôs um acordo: tem todo o gosto em dar a palavra à Srª Vereadora sempre que ela o entenda necessário, mas enquanto ele estiver no uso da palavra gostaria de não ser interrompido, se não, não está a fazer aqui nada e pede licença para se retirar.-----

-----A Srª Vereadora disse que “nós queremos informações do que se está a passar. O Sr. gosta muito de vir as reuniões de Câmara dar lições do que a gente já sabe. A lei que obriga às análises a determinados parâmetros há muito tempo que existe e a Câmara não a cumpre.”-----

-----O Técnico disse que a Srª deve estar a fazer uma certa confusão, e depois de definir o sentido do termo , acrescentou que o arsénico não cumpre um parâmetro.-----

-----A Srª Vereadora voltou a interromper o técnico a dizer que não era como estava a dizer.-----

-----O Engº respondeu “ou a Srª quer ouvir a informação técnica ou eu calo-me”. Após algum tempo continuou dizendo: “Os parâmetros todos da água de Almeirim sempre foram medidos, na água bruta e são feitos em laboratório creditado, no Instituto Superior Técnico e são-no desde há anos. O único que não é

cumprido e desde que alterou a lei, é o arsénio. Almeirim tem dez captações, em quatro o parâmetro arsénico não é cumprido e em duas está no limite. Embora com flutuações, nas outras duas o parâmetro nunca vem abaixo dos onze. A ARS de Santarém tem pleno conhecimento e o Delegado de Saúde também.”-----

-----Como a Sr<sup>a</sup> Vereadora continuou a dizer que não era nada do que o técnico afirmava, este respondeu “se me está a chamar mentiroso tem de dizer sobre o que estou a mentir.”-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora chamou a atenção do Sr. Presidente e disse ao técnico que está aqui apenas para responder, acrescentando que este Sr. tem sempre a mania de ser indelicado.-----

-----O Eng<sup>o</sup> Rocha Pinto disse que exige ser respeitado enquanto técnico desta Câmara e enquanto ser humano, porque é assim que fala com as outras pessoas. E continuou, “o arsénico que Almeirim bebe hoje é o mesmo de há cem anos, é um problema geológico e nenhuma Câmara da margem sul cumpre este parâmetro. Actualmente está prevista uma solução e que passa pela seguinte técnica: o município tem furos até quatrocentos metros de profundidade, que produzem um grande caudal e onde existem problemas com o arsénio. Estamos a tentar isolar um estrato, porque uma zona de entrada de água faz entrar o arsénio que altera os parâmetros. Vamos tentar isolar esse estrato e avaliar se temos quantidade de água suficiente para abastecer, se não, temos de abrir mais captações. A Delegação de Saúde monitoriza a água e a saúde dos utentes e a opinião desses serviços é que não tem havido deterioração da saúde pública que tenha correlação com o excesso de arsénico na água do Concelho. Nesse sentido, todos os municípios da margem esquerda pediram ao IRAR a derrogação desse parâmetro, porque ele é encontrado na extracção em profundidade, porem se a captação fosse feita mais acima seriam encontrados nitratos. Sobre o não cumprimento do Programa de Controlo de Qualidade da Água, a Câmara tinha um contrato com a ARS de Santarém, que era suposto analisar todos os parâmetros e porque se apurou que assim não era, em Julho de dois mil e sete foi contratado outro laboratório do Estado, que faz todo o

Programa de Controlo de Qualidade da Água, portanto, o programa é cumprido. Sobre a qualidade da água bruta, sempre cumprimos.”-

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que, quando os técnicos mostram falta de rigor e de qualidade de trabalho, perde todo o respeito por eles. E acrescentou que o número indicado de análises também não foi feito. Dirigindo-se ao Eng<sup>o</sup> disse “O Sr. como técnico soube da chamada de atenção à Câmara.” E acrescentou “apresentem o contrato com a Administração Regional de Saúde”. Perguntou ainda quem vai pagar as multas.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que se a questão fosse de tal forma grave como está a ser posta, nunca o IRAR permitiria a derrogação do parâmetro, para além de que há zonas no país com valor mil vezes maior.-----

-----O Sr. Eng Rocha Pinto acrescentou que a lei nem sequer prevê análises à saída do furo, mais ninguém as faz e a água bruta é analisada todos os anos.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que, “por acaso, os níveis são um pouco mais acima e se fossem maiores os Srs. não sabiam, o Sr. escondia.”-----

-----Sobre a solução para o Túnel, que contou com a colaboração do Arq<sup>o</sup> Elias Cachado, disse o Eng<sup>o</sup> que é só uma camada de vidro e o túnel foi fechado com chuva, com a humidade muito elevada, pelo que provoca condensação. Espera por dias quentes para proceder à limpeza, se não, faz-se ventilação com um ventilador mecânico e se não for suficiente mete-se um ventilador no local.-----

-----RADIAÇÃO DAS ANTENAS DE TELEMÓVEIS - Este ponto da Ordem de Trabalhos foi agendado pela Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha que pretende ser informada das medições da radiação das antenas de telemóveis espalhadas pela cidade, especialmente onde são mais perigosas, na sua incidência sobre os recreios das escolas.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse foi pedido à ANACOM, por duas vezes, para efectuar a mediação das radiações, já que é a única entidade habilitada por lei para o fazer. E leu o fax contendo



informação providenciada pela Organização Mundial de Saúde no resultado de medições de campos electromagnéticos, segundo a qual os níveis se situam normalmente em milhares de vezes abaixo dos limites que podem ser considerados perigosos, por interferência na saúde pública. Mais, a Direcção-Geral de Saúde publicou idênticas conclusões, em termos de saúde pública, nas quais refere que os níveis de radiação dos campos electromagnéticos se encontram milhares de vezes abaixo do que a lei permite. Ainda segundo a OMS é mais perigoso usar telemóvel do que estar perto da estação.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que pediu a medição da incidência em duas antenas em especial, porque podem afectar escolas.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que a ANACOM veio efectuar medições aos locais e a Sr<sup>a</sup> Vereadora disse que a resposta foi cozinhada.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora retorquiu que a resposta do então Vereador Torres foi cozinhada.-----

-----AUDITORIA EXTERNA - Este ponto da Ordem de Trabalhos foi agendado pelo Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário, que procedeu à leitura da sua proposta, do seguinte teor:-----

-----"O Sr. Presidente da Câmara, na última reunião pública do executivo, a propósito de um requerimento, por mim apresentado, com o único objectivo de esclarecer os nossos munícipes sobre um assunto que deveria ser publicamente explicado, entendeu, ao invés de me entregar essa resposta por escrito e devidamente documentada, conforme legalmente está obrigado, dar as explicações verbais que entendeu e que, como se tem demonstrado no passado, podem ou não ser verdadeiras.-----

-----Não satisfeito com "esse gesto magnânimo de dar explicações" a quem quer que seja, que cada vez tem mais dificuldade em levar a cabo, aproveitou o "desnorte instalado" e acusou-me, levianamente, de favorecimento em concursos e

consultas, enquanto Presidente do Conselho de Administração da empresa pública municipal.-----

-----Sobre a mesma matéria, prestou declarações, publicadas no jornal "O Mirante" de 15 de Fevereiro a página 25 de que junto cópia, que põem em causa o meu bom nome e que constituem uma difamação pública, utilizando mais uma vez os meios públicos para fins de interesse particular.-----

-----Desta vez ainda foi mais longe ao envolver, também, alguns empresários nados e criados no nosso Concelho que, podem e devem pedir-lhe explicações por esta actuação do senhor presidente da Câmara.-----

-----Envolveu, também, o Sr. Vereador José Carlos Silva que negociou pessoalmente, enquanto Vereador responsável pela organização e Vice Presidente do C.A da Aldesc,EM, o serviço de refeições do Pão Vinho e C<sup>a</sup> de 2006 e que comigo e com o Sr. Jorge Careca constituíram o Júri na concessão do Bar da Zona Norte e no Bar das Piscinas Municipais.-----

-----Esperava que depois de já ter envolvido a Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Vidinha (constituída arguida num processo judicial patrocinado por si e cujo objectivo é tentar atingir-me) e de ter envolvido directamente o Sr. Vereador Pedro Ribeiro na violação da minha correspondência particular, desta vez tivesse algum cuidado em não voltar a dar tiros nos pés.-----

-----O que me espanta de facto já não é essa elevada noção que tem de equipa de trabalho e de respeito para quem consigo trabalha, o que me espanta mesmo é que o continuem a fazer e que em caso algum se contestem, mesmo quando os atinge directa e duramente.-----

-----Ora, como não aceito de quem quer que seja lições de integridade e muito menos de quem tem utilizado a mentira (despacho do TAFL) e a invasão criminosa da minha privacidade (violação e divulgação pública da minha correspondência particular), em nome da honestidade, do rigor e da transparência a que devem estar sujeitos todos os que exercem cargos públicos e de acordo com o estipulado na alínea d) do nº 7 do artº 64º da

Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 e de acordo com o previsto no nº 1 e 2 do artº 20º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro de 2007, proponho que - na próxima Reunião do Executivo Camarário - seja incluída na Ordem de Trabalhos a seguinte proposta:-----

-----Considerando que a discussão da corrupção, nas suas mais diversas modalidades, está na agenda política nacional e que, as Autarquias têm sido sistematicamente enxovalhadas, associando-lhe procedimentos muito duvidosos, importa que:-----

-----Em nome da transparência a que estamos legalmente obrigados, e a fim de esclarecer as recentes declarações do Sr. Presidente da Câmara, proponho, ao abrigo das minhas competências legais, a realização de uma auditoria externa a todos os procedimentos de concursos, de atribuição de subsídios, de estabelecimento de protocolos, de elaboração de contratos, da contratação de avenças, etc., quer no âmbito da Câmara Municipal de Almeirim, quer no âmbito da Aldesc, EM, no decurso do actual mandato."-----

-----O Sr. Presidente leu a sua intervenção, que é em simultâneo a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----" Proposta de auditoria externa.-----

-----Com referência à proposta apresentada pelo Senhor Vereador Francisco Maurício sobre o assunto em título, devo dizer:-----

-----A minha resposta foi dada em reunião de Câmara, exactamente como o Senhor Vereador entendeu fazer a pergunta, também em reunião de Câmara e constando em acta.-----

-----Refere a notícia do Mirante como se tivessem sido declarações minhas feitas em particular àquele jornal, quando assim não foi. A notícia é da responsabilidade do jornalista que esteve presente na reunião de Câmara e que descreveu bem e com verdade (por muito que custe) aquilo que lá foi dito.-----

-----Não pretendi atacar ninguém para além do Senhor vereador Francisco Maurício como presidente do Conselho de Administração da ALDESC e detentor do pelouro do desporto, portanto único

responsável pela gestão dos espaços que são o bar e restaurante das piscinas.-----

-----Convenhamos que é pouco ético e pouco próprio querer aligeirar responsabilidades endossando-as a outros.-----

-----Por último e para espanto surge uma proposta mais uma vês de todo ilegal.-----

-----Pois que os auditores externos são nomeados pela Assembleia Municipal e não por competência da Fiscalização que nenhum Vereador detém, por nenhuma disposição legal.-----

-----Vejamos como por proposta do Senhor Vereador Francisco Maurício e voto favorável, foi aprovada e defendida em reunião de dezassete de Setembro de dois mil e sete a adjudicação à Firma Martins, Pereira Associados e enviada à Assembleia Municipal que nos termos do número dois do artigo quarenta e oito da Lei número dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro (lei das Finanças Locais) conjugado com a alínea q) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, é o órgão que tem competência para nomear auditores externos.-----

-----Por obra de quem o mesmo Vereador Dr. Francisco Maurício vem agora propor outra auditoria externa.-----

-----Por mais esta proposta ter todos os requisitos de ilegalidade, votarei contra".-----

-----Submetida a votação, foi a proposta reprovada por maioria com quatro votos contra do PS e os votos favoráveis dos Vereadores Francisco Maurício e Manuela Cunha.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de voto: "Voto a favor, mais por simbolismo, e não deixo de relativizar o teor das razões, primeiro, porque uma auditoria só é eficaz técnica e politicamente, caso os auditores sejam isentos e venham cumprir um papel técnico de elevado rigor e isenção e para isso a equipa tem de respeitar princípios técnicos e legais, não tendo havido proposta para a sua

composição. Em segundo lugar, o voto a favor de mais transparência e lamento, quando a CDU faz propostas para obter mais transparência, não veja da parte do Vereador Francisco Maurício o mesmo procedimento, por exemplo, no caso da ALDESC, quando fiz a proposta relativa à comissão liquidatária, fiz com intenção de mais rigor e transparência, o que não foi aprovado e a equipa do Conselho de Administração vai ser juiz em causa própria. E, lamentavelmente, o Vereador Francisco Maurício votou contra. Não estava em questão estar contra ou a favor da liquidação, mas da forma como se ia processar. Por isso dou o meu voto mais pela simbólica que pela sua eficácia."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício respondeu: "A minha postura neste executivo em tomadas de decisão baseia-se exclusivamente na minha consciência, as minhas decisões são tomadas em função do que a minha consciência me dita. A partir da altura em que o Partido Socialista me retirou a confiança política, não negoceio com quem quer que seja qualquer posição política, nem a anteriori nem a posteriori. Em relação ao caso pontual da Comissão Liquidatária, fui o único que se opôs à liquidação da empresa. Votei contra e votarei contra todos os procedimentos que visem a extinção da empresa. Entendo que vou ausentar-me para provocar a falta de quórum e não deixar aprovar as Contas. Não iria aprovar a sua proposta, nem de ninguém, já que estou habituado a supostos pareceres quando apresentam alguma proposta e esperava do Sr. Presidente, em nome da transparência, que aprovasse esta minha proposta. Vale a pena gastar dinheiro para evitar opiniões levianas."-----

-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- No Período do Público usou da palavra a Sr<sup>a</sup> D. Rosete da Silva Delgado que disse que o parque de estacionamento frente à Igreja não está demarcado e os utentes arrumam mal as viaturas.-

-----

-----Às dezassete horas e vinte e cinco minutos o Sr. Presidente  
declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Repartição da  
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que  
lavrei e subscrevi.-----

Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_